

## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 9 de abril de 1891

## Diretor-Presidente

Omar Resende Peres

## Vice-Presidente Editorial

Gilberto Menezes Côrtes

## Diretor de Redação

Toninho Nascimento

## Vice-Presidente Administrativo

Antonio Carlos Mello Affonso

## CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Omar Resende Peres | Conselheiros: Gilberto Menezes Côrtes - René Garcia Jr - Octávio Costa - Wilson Cid - Hildeberto Aleluia

## EDITORIAL

## Uma reforma adormecida

Lidar com a terra, para que ela se transforme em verdadeiro instrumento de riquezas econômicas e desenvolvimento social, é uma arte com a qual há muito que aprender, sem embargo do desconcertante contraste que enseja num país contemplado, pela mão da natureza, com espaços incalculáveis. Se a conclusão é que não é bem explorada e pessimamente dividida, a tendência imediata é atirar as culpas sobre os governos, nunca suficientemente sensíveis para dar trato ao problema. A não ser em algumas iniciativas isoladas no campo da reforma agrária, esta igualmente amarrada nas teias da burocracia, que atrasa e desanima.

Mas é de justiça reconhecer que, se o governo pouco ou nada faz, é porque uma política para o campo nunca foi objeto de real preocupação da sociedade, que só se mobiliza quando ocorrem ocupações ilegais, solução sempre inadequada, como tudo que opta pelo caminho da violência. Tome-se por base o programa dos partidos políticos, que se comprazem com ligeiras referências sobre a terra. No Congresso Nacional, o tema, quando aflora, chega esculpido em visões distorcidas, pouco racionais, sem produtividade.

Deformação que também contribui foram os sucessivos equívocos na definição dos enormes espaços

improdutivos, o que não pôde evitar flagrantes injustiças, ao lado de ações criminosas, como a destruição de patrimônios rurais.

Permanece outro defeito – este entre os mais prejudiciais – ao se tratar a reforma agrária como simples resultado de oferta gratuita de terra, ficando os compromissos da contrapartida a ser garantida pelos ocupantes apenas como detalhe de intenções jamais cumpridas. Tolerância ainda maior mostram os muitos casos em que os contemplados vendem os terrenos que haviam recebido, gratuitamente, para cultivar, sem que sejam incomodados pelo governo nessas transações lucrativas e imorais.

Frente ao complexo desafio, essa reforma acaba ficando, como está agora, no meio do caminho, sem evoluir e sem ter como regressar àquele antigo entendimento de que a terra é propriedade intocável. Para desamarrar tal impressão, talvez fosse oportuno, como primeiro passo, aferir os descaminhos do velho Estatuto da Terra, e com ele definir o que seja do real interesse social. Esse estatuto emperrou em fevereiro de 1965, depois da desapropriação, em nome do social, do complexo da usina de Caxangá, em Pernambuco. Logo após, o regime estatutário e a pretendida

distribuição entram em rota de colisão.

O assunto resvalou para terceira categoria, raramente despertado nos debates e na pauta das cobranças ao governo. Mesmo a igreja, que nos tempos das pastorais de base reclamava destinação mais que social, mas verdadeiramente humanitária, em benefício dos pobres sem terra, arquivou sua pregação e dela já não cuida. Os agentes pastorais, que silenciaram, gostavam de lembrar que a propriedade da terra é direito derivado, subordinado, portanto, a um destino universal.

Temos hábito de armazenar projetos mais ambiciosos, sempre sujeitos a obstáculos, antigos no rol de uma certa capacidade nacional de adiar soluções. Bem antiga. Velhos alunos do Científico do Colégio Pedro II, neste Rio, poderiam lembrar as lições de interiorização do jesuíta João Daniel (1722-1776), primeiro a se preocupar com a reforma, preconizando divisão da Amazônia em glebas, para se plantar de tudo e criar gado. Nesse passo, também constringe lembrar que o brasileiro Coutinho Cavalcanti foi, em 1959, o autor do projeto agrário pioneiro em Cuba, depois adotado pela Venezuela.

O assunto está morto, sem sinais de que possa ressuscitar em futuro próximo.

## A defesa nacional brasileira

FRANCIS BOGOSSIAN\*

A Estratégia Nacional de Defesa prevê, para a força naval, submarinos convencionais e submarinos de propulsão nuclear. Prevê, ainda, que o Brasil desenvolverá e manterá capacidade de projetar e fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear.

Foi essa capacitação que conheci em segundo turno, visitando o complexo Estaleiro e Base Naval (EBN) composto por Estaleiro de Construção, Estaleiro de Manutenção, Complexo Radiológico, Base Naval e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem).

Esse conjunto de obras que constitui a parte de infraestrutura industrial e de apoio do chamado Programa de Obtenção de Submarinos (Prosub) cujo propósito é capacitar o Brasil a produzir e operar submarinos convencionais e com propulsão nuclear.

Visando a concretização da independência na obtenção de submarinos, inclusive com propulsão nuclear, foi assinado acordo entre Brasil e França para adaptação do projeto Scorpène aos requisitos brasileiros, estabelecimento de requisitos para as instalações de fabricação e apoio e para assessoria de projeto e construção da parte não nuclear do submarino nuclear brasileiro.

A Ufem está localizada ao lado da Nuclep e recebe des-

“

Trata-se de um programa cujo objetivo é maior que o de independência tecnológica”

ta as seções do casco cilíndrico para complementar as seções com bases, equipamentos, redes e cabos elétricos. A cerca de 3,5km da Ufem encontra-se a Área Norte da Base Naval, que, entre outras funções, realiza o controle do acesso a Área Sul, onde são realizadas as etapas de união das seções, integração e testes de sistemas, acabamento, lançamento ao mar, provas de cais, provas de mar, operação e manutenção dos submarinos.

As sessões dos submarinos serão transportadas da Ufem para a Área Norte por estrada e, entre as áreas Norte e Sul, através de um túnel de 703m de extensão, até o prédio principal do Estaleiro de Construção.

O projeto e a construção dos quatro submarinos convencionais brasileiros tem como base a classe Scorpène, francesa. Na construção do submarino com propulsão nuclear brasileiro foi realizada transferência de tecnologia, para a parte não nuclear, de projeto e construção de submarinos, de acordo com os métodos e processos franceses, o que permitiu a preparação de um corpo técnico de projeto formado por engenheiros projetistas e operários nacionais. Para o projeto e construção da planta de propulsão nuclear não há assessoria. O desenvolvimento é realizado, exclusivamente, pela Marinha do Brasil, em São Paulo.

A responsabilidade social e do meio ambiente são também cuidados pela Marinha junto à comunidade local, através do Programa Acreditar, que oferece treinamento e emprego aos habitantes locais; do programa Caia na Rede, que oferece cursos de inclusão digital à população local; e do programa familiar Alimento Justo, que incentiva e assessoria os produtores locais para serem fornecedores de produção agrícola para o empreendimento, sem esquecer dos mais rígidos controles de impactos sobre o meio ambiente.

Trata-se, assim, de um programa de cunho nacional, não apenas militar, cujo objetivo é maior que o de independência tecnológica, mas de desenvolvimento social.

\* Presidente da Academia Nacional de Engenharia

## Editores

• Política/Nacional: Octávio Costa | [octavio.costa@jb.com.br](mailto:octavio.costa@jb.com.br)

• Cidade: Clóvis Saint-Clair | [clovis@jb.com.br](mailto:clovis@jb.com.br)

• Economia: Gilberto Menezes Côrtes | [gilberto.cortes@jb.com.br](mailto:gilberto.cortes@jb.com.br)

• Internacional/Esporte: Toninho Nascimento | [toninho@jb.com.br](mailto:toninho@jb.com.br)

• Informe JB: Jan Theophilo | [jan@jb.com.br](mailto:jan@jb.com.br)

• Caderno B: Deborah Dumar | [deborah.dumar@jb.com.br](mailto:deborah.dumar@jb.com.br)

• Diretor de Arte: Ziraldo | [ziraldo@jb.com.br](mailto:ziraldo@jb.com.br)

• Editor de arte: Ricardo Gomes | [ricardo.gomes@jb.com.br](mailto:ricardo.gomes@jb.com.br)

• Editor de Fotografia: José Marinho Peres | [jose.peres@jb.com.br](mailto:jose.peres@jb.com.br)

• Secretário de Redação: Alexandre Machado | [alexandre.machado@jb.com.br](mailto:alexandre.machado@jb.com.br)

## Fale com JB

Geral - 3923-4000  
Redação - 3923-4149  
[redacao@jb.com.br](mailto:redacao@jb.com.br)

Para enviar artigos  
[opinio@jb.com.br](mailto:opinio@jb.com.br)  
(O conteúdo dos artigos é de responsabilidade dos autores)

CPDoc JB  
[cpdoc@jb.com.br](mailto:cpdoc@jb.com.br)  
Tel.: 3923-4010

## Venda em banca

Dias úteis: RJ e MG: R\$ 5,00  
Domingo: RJ e MG: R\$ 6,00

## Assinatura

Site: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br) e-mail: [assinaturas@jb.com.br](mailto:assinaturas@jb.com.br)  
Tel: (021) 3923-4001 seg à sex de 7h às 19h  
sáb/dom/feriados de 7h às 13h

## Comercial

Avenida Rio Branco, 157, Centro  
Tel.: 3923-4000 e-mail: [comercial@jb.com.br](mailto:comercial@jb.com.br)